

"A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES." (KARL MARX)



Paulo Pinto/Agência PT de Notícias

Por novas Jornadas de Junho para derrubar Temer e o Congresso

Ataques do novo governo, que aprofundam as medidas de Dilma, aumentam mal-estar entre as massas, com milhares às ruas para colocar para fora o presidente e os políticos canalhas. Apontamos a perspectiva de uma Assembleia Popular Nacional Constituinte rumo a um governo dos trabalhadores. **PÁG 3**

Três anos atrás, milhões foram às ruas

PÁG 5



Repressão em 2013

Uma pauta combativa para a greve geral

PÁG 6



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Manifestação ocupa a Avenida Paulista, em São Paulo, dia 17 de maio. Protestos contam com milhares de ativistas independentes que enxergam a necessidade de resistir aos ataques do governo e de lutar contra a direita

O QUE PENSA O IMPERIALISMO ESSA SEMANA?

O jornal El País publicou dois editoriais (16/5 e 22/5) sobre a Venezuela, dizendo que Maduro deve aceitar que não tem mais maioria na sociedade venezuelana e iniciar diálogo com a oposição para uma transição democrática.

Mas a oposição continua sabotando a economia, a distribuição de alimentos e produtos básicos, enquanto prepara o referendo para chamar o povo a revogar o mandato do presidente.

Maduro perdeu muito apoio das massas porque nunca cumpre suas ameaças contra a burguesia. Disse que expropriaria as empresas que continuassem provocando a escassez de pro-

duto, mas foi só bravata. O povo não acredita mais nele e sofre com a inflação, corrupção na distribuição de produtos, escassez.

Em vez de decretar o Estado de Exceção (que só serve para adiar o referendo), Maduro deveria tomar medidas concretas de combate à burguesia, como o monopólio do comércio exterior; a estatização de toda a rede de produção e distribuição de alimentos sob controle operário; o não pagamento da dívida externa; a expropriação dos bancos

e das grandes empresas; um plano democrático nacional de produção para satisfazer as necessidades da maioria. Isso poderia colocar em marcha forças capazes de barrar a contrarrevolução na Venezuela.



Carlos Garcia Rawlins / Reuters

Quem Somos

A Esquerda Marxista (EM) é uma organização revolucionária de luta pelo socialismo.

Como seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI), participamos em todo o mundo da luta pela abolição do capitalismo e pela República Socialista Universal dos Conselhos.

Lutamos contra a colaboração de classes dos reformistas. Mas, nada temos a ver com os ultraesquerdistas que se dedicam ao divisionismo e ao denunciamento impotente.

Nós lutamos pela unidade e pela independência política da classe trabalhadora. Nosso objetivo é ajudar os trabalhadores e a

juventude revolucionária a construir um partido operário revolucionário e socialista de massas.

A Esquerda Marxista dirigiu as ocupações de fábricas no Brasil lutando por sua estatização sob controle dos trabalhadores. Lutamos por Transporte, Saúde e Educação Públicos e gratuitos para todos. Pela reestatização de tudo o que foi privatizado, contra a criminalização dos movimentos e organizações dos trabalhadores, em defesa das conquistas e reivindicações da classe trabalhadora e da juventude. O capitalismo e seus partidos são nossos inimigos. Lutamos pela revolução e pelo socialismo.

POLÊMICA

Caráter da Povo Sem Medo em questão enquanto frente

DAISON COLZANI
daisonroberto@gmail.com

Lançada em outubro de 2015, a Frente Nacional de Mobilização Povo Sem Medo (FNSM) surgiu como alternativa à esquerda da Frente Brasil Popular. Trata-se de uma Frente para reunir as organizações e militantes que combatem as medidas de austeridade e ataque às liberdades democráticas.

Com a eminência da queda de Dilma, o que se viu foram convocatórias em defesa da democracia, mas os atos acabaram sequestrados pela palavra de ordem “Não vai ter golpe” e a defesa do mandato de Dilma, mesmo com todos os ataques desferidos que tiveram como cereja do bolo a Lei Antiterrorismo.

Em meio à nova situação política, a FNSM convocou um seminário com as forças que a compõe e mudou qualitativamente a organização da Frente. E o que nasceu como frente de mobilização se propõe a instituir um aparato centralizado nacional com caráter político e organizativo que não tem a ver com seus objetivos iniciais.

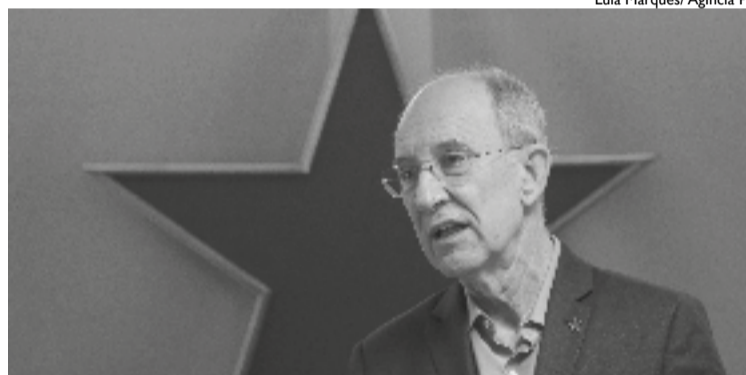
Os marxistas seguem participando da FNSM como apon-tamos em seu lançamento: “A este manifesto e a esta frente de luta nos somamos. É neste

combate que a Esquerda Marxista acredita que se forjará uma nova vanguarda na juventude e na classe trabalhadora capaz de mobilizar e organizar para derrotar a política do Capital”.

Contudo, ressaltamos a necessidade de a Povo Sem Medo preservar o caráter de frente unitária de ação de movimentos sociais. E isso é de responsabilidade maior de Guilherme Boulos e do MTST.



Manifestações massivas mostraram potencial de uma frente de esquerda



Lula Marques/ Agência PT

Presidente do PT, Rui Falcão, aplica mesma política com Temer interino

PT adota política de “oposição responsável” mantendo alianças

ROQUE FERREIRA
jornal@marxismo.org.br

A crise política que vive o país a cada dia tem lance diferente, e todos eles se dão no campo onde se operam as grandes manobras palacianas, envolvendo o executivo, o legislativo e o judiciário. O PMDB e Temer conspiraram abertamente para emplacar o impedimento da presidente Dilma, e nestes lances seus principais jogadores, Cunha na Câmara e Renan no Senado, foram as peças centrais que atuaram no ataque.

As ruas estão sendo ocupadas por milhares de pessoas em atos organizados por movimentos sociais, centrais sindicais, organizações estudantis e outros espontâneos, agudizando a luta de classes. Toda esta movimentação não implica em apoio incondicional ao governo Dilma e ao

lulismo. É a negação da retomada da agenda conservadora, de ataques aos direitos democráticos e às conquistas da classe trabalhadora, que começa a ser imposta pelos que tomaram de assalto o governo.

Neste quadro onde é atacada de forma violenta, a direção do PT não se liberta das amarras da conciliação de classe e ainda defende alianças com o PMDB nas eleições municipais. A direção do PT e Lula se submetem à lógica palaciana, ao invés de ir às ruas convocando a classe trabalhadora, a juventude para derrotar e varrer seus inimigos de classe. Negam um conjunto de medidas para combater a crise sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores.

Conforme afirmamos em artigo publicado em nossa página em 11 de maio: “É

uma época convulsiva a que vivemos, quando tudo pode terminar em explosão. Neste difícil e doloroso terreno é que a classe trabalhadora e a juventude aprenderão, unificarão suas lutas e as levantarão ao nível político colocando a questão do fim deste regime e de quem deve decidir o futuro”.

Esta tarefa não poderá ser cumprida pelas velhas organizações que um dia a classe reconheceu como suas, a exemplo do PT, pois sua direção, mesmo neste cenário de ataques profundos da burguesia nacional e do imperialismo, se recusa a convocar a classe trabalhadora para ganhar as ruas e nas ruas derrotar os ajustes exigidos pelos exploradores.

Foice & Martelo

CONSELHO DE REDAÇÃO
Serge Goulart, Alex Minoru,
Caio Dezorzi, Mario Conte.

EDITOR
Johannes Halter

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rafael Prata MTB nº 40040/SP

DIAGRAMADOR
Evandro José Colzani

jornal@marxismo.org.br
www.marxismo.org.br

Rua Tabatinguera, 318, Centro
São Paulo/SP - CEP: 01020-000
Fone: (11) 3101-8810

EDITORIAL

Em meio ao ódio popular, ajudar novos junhos a nascerem

ESQUERDA MARXISTA
jornal@marxismo.org.br

Com poucas semanas de vida, o governo Temer já demonstra seu caráter e sua fraqueza política. Foi obrigado, pressionado por protestos, a recriar o Ministério da Cultura, dois ministros caíram e manifestações Fora Temer seguem ocorrendo pelo país.

O jornal americano New York Times diz que a queda de mais um ministro, Fabiano Silveira, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, “desferiu outro golpe contra um governo que parece estar mancando de um escândalo a outro”. Já o jornal britânico Guardian afirma que “a reputação do novo governo interino deslizou de frágil para burlesca”.

As declarações da imprensa internacional evidenciam, uma vez mais, os receios da burguesia imperialista com a aventura empreendida por seus sócios-menores ao alçar ao poder um governo fraco e ilegítimo, que pode abrir uma situação mais incontrolável no país.

Enquanto isso, as camari-lhas políticas se digladiam para se salvar, como o caso dos áu-

dios gravados e divulgados pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, fornecendo espetáculos de auto-desmoralização que só fazem crescer o ódio popular às podres instituições burguesas e seus políticos.

A Operação Lava Jato, longe de combater a corrupção, tem objetivos muito claros com a seletividade de suas ações. A criminalização dos movimentos sociais é uma delas, assim como o favorecimento de determinados grupos burgueses.

O Judiciário, com o STF a sua frente, tenta cumprir um papel de último bastião do Estado, estabelecendo um regime aparentemente democrático, mas de fato comandado por uma oligarquia de juízes hostis às liberdades democráticas, que disfarçam de neutralidade jurídica suas ações políticas, que tentam elevar-se como árbitro supremo das disputas políticas entre as facções burguesas e entre as classes.

O governo Temer prepara mais ataques, aprofundando os já iniciados por Dilma, como a Reforma da Previdência, arquitetada pelo governo anterior para instituir a idade

mínima de 65 anos para aposentadoria e a desvinculação do reajuste de pensões do reajuste do salário mínimo.

A farra com o dinheiro público segue com a aprovação, pelo Congresso, de um cheque em branco de 170 bilhões de reais para Temer. Soma-se à discussão da Desvinculação dos Recursos Orçamentários encaminhada por Dilma com a redução automática de 30% dos valores para a seguridade social (que engloba a Previdência Social), saúde, educação e outros, o que só confirmará o sucateamento dos serviços públicos.

A taxa de desemprego cresce e chega a 11,2%. São 11,4 milhões de pessoas em busca de emprego. Nos dois governos, quem paga o pato é a classe trabalhadora.

Enquanto parlamentares do PT dizem que vão fazer uma oposição responsável ao governo Temer, a executiva do partido solta uma resolução em que acusa o governo “golpista” de estar implementando medidas “neoliberais”. Uma manobra e hipocrisia, pois o governo Dilma, composto pela maioria dos partidos do atual governo,



Evandro Colzani

tentava aplicar as mesmas medidas.

Já a direção da CUT diz estar preparando a greve geral tendo como uma das bandeiras o Fora Temer, o que é correto, mas também para “restabelecer o mandato popular e a democracia”. Ou seja, adere ao “Volta Dilma” impulsionado pelo PT, desviando das reivindicações concretas que se contrapõem aos interesses fundamentais dos capitalistas.

A crise que vivemos colocará cada vez mais nas ruas as forças da revolução e da contrarrevolução. É uma época convulsiva a que vivemos e o Brasil está em sintonia com a situação mundial. Novas jornadas de junho, como as de

2013 (tema das páginas 4 e 5), preparam-se e são necessárias, mas ocorrerão em um nível muito superior.

Neste difícil terreno é que a classe trabalhadora e a juventude aprenderão, unificarão suas lutas e as levantarão ao nível político colocando a questão do fim deste regime.

A Esquerda Marxista, apontando uma perspectiva de saída socialista e revolucionária, explicando pacientemente a situação que vivemos e nossas tarefas, afirma suas bandeiras:

Fora Temer e o Congresso Nacional!

Por uma Assembleia Popular Nacional Constituinte!

Por um Governo dos Trabalhadores!

NACIONAL

As amargas primeiras atitudes de Temer

JOHANNES HALTER
haltercontato@gmail.com

Com um prazo de validade muito curto, o enlatado governo de Michel Temer precisa ser usado pela burguesia brasileira antes de tornar-se intragável. E o gosto azedo já começou a ser sentido pela sociedade.

A redução do número de ministérios de 32 para 23 foi o primeiro ato do interino. Além de mero gesto simbólico, a atitude expressa a liberdade em ignorar demandas sociais. Diferentemente, Lula e Dilma viam-se obrigados a apresentar programas sociais, mesmo que adaptados ao capitalismo em decadência.

Com a aprovação da meta fiscal, Temer tem permissão

para um déficit de R\$ 170,5 bilhões. Contudo, esses recursos não irão para saúde, transporte, educação e outros gastos sociais, que estão com orçamentos cortados. O dinheiro será usado para cumprir o pagamento da dívida pública. A aceleração da privatização e a reforma da previdência são a sobremesa.

Já a desvinculação de receitas, com um teto para os gastos públicos, está na lista de votação do Congresso. A medida oferece cobertura jurídica para um corte de gastos ainda mais violento que os de Dilma. Os resultados dessa proposta tendem a acelerar a degradação dos níveis de vida da classe trabalhadora e a trazer ainda mais instabilidade política.

Um novo ministério para aplicar o ajuste e atacar os trabalhadores

VINÍCIUS CAMARGO
catetoprojetos@gmail.com

Temer anunciou seu ministério, com o PMDB nos principais postos, em aliança com a escória da política brasileira. A equipe foi reduzida de 32 pastas para 23. Dilma já havia reduzido de 39 para 32, em 2015.

Mas quem se espantou com a lista não atentou ao que se passava no Planalto nos últimos anos.

O núcleo econômico, responsável por aprofundar o ajuste fiscal, já estava lá: Henrique Meireles (PSD), ex-presidente do Banco Central de Lula, foi para a Fazenda e Romero Jucá (PMDB), líder do governo no senado nos governos de FHC, Lula e Dilma e ex-ministro da Previdência (em 2005), pousou no Planejamento. A lista também teve Eliseu Padilha (PMDB), ex-Secretário de Aviação Civil de Dilma, na Casa Civil, e Geddel (PMDB), ex-ministro da Integração Nacional de Lula, no Governo. Outro reaproveitado foi Kassab (PSD), ex-ministro das Cidades, que foi para Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Para a Justiça, o ultrarreacionário Alexandre

de Moraes (PSDB), ex-Secretário de Segurança Pública de Alckmin, notório repressor dos movimentos sociais em SP. Serra (PSDB) assumiu as Relações Exteriores. É daí pra pior.

O caráter desse “novo” ministério ficou evidente para a sociedade com os vazamentos das gravações de Sérgio Machado. Com a divulgação do áudio de Jucá e as maquinações da política burguesa, o governo Temer teve sua primeira baixa. Junto com ele, foi ao chão Fabiano Silveira, o ministro da Transparência que teve manobras secretas reveladas.

Assim, este governo de guerra contra os trabalhadores, com generais selecionados sob medida, já nasce sob uma instabilidade mais intensa que a enfrentada por Dilma.



Lula Marques/Agência PT

Posse dos ministros de Temer

Primaveras revolucionárias em meio à ebulição mundial

RAFAEL PRATA
rafaelprataem@gmail.com

No final dos anos 1990, quedas nas bolsas de valores asiáticas e da Rússia derrubaram o PIB mundial e anunciaram o advento de uma crise. Porém, ela foi empurrada para frente, devido ao aumento das despesas militares, em particular dos EUA (que iniciava a guerra contra o Afeganistão e o Iraque) e, principalmente, devido ao aprofundamento da especulação financeira. Isso formou uma gigantesca bolha de crédito e de capital fictício. O volume de ativos financeiros, por exemplo, era cerca de 13 vezes maior do que o PIB mundial, segundo dados de 2007.

Mas, a ressaca dessa farrateira bateu forte entre 2008 e 2009, quando grandes bancos e financeiras dos EUA revelaram que tinham fundos bilionários insolventes. Assim, a superprodução de capitais deu lugar à queima de todo o capital excedente. As ações despencaram e trilhões de dólares desaparecem do sistema financeiro.

A chamada economia real, que se alimentava dessa especulação, viu suas fontes de lucro se esgotarem e a crise veio à tona com mais

força ainda. Não havia mais mercado suficiente para tanta produção, mesmo com bilhões de seres humanos precisando de comida, emprego, habitação, saúde, educação...

A burguesia foi tomada de pânico e pediu socorro ao seu Estado. Os mesmos que diziam ser nefasta a intervenção do Estado na economia clamaram aos cofres públicos por um plano de resgate! E os recursos foram fartamente disponibilizados para “as empresas grandes demais para quebrar”, como disse

Barack Obama. O governo americano destinou cerca de US\$ 700 bilhões para bancos e grandes corporações, seguido de US\$ 500 bilhões pela União Europeia e assim sucessivamente. Transformaram imensas dívidas privadas em dívidas públicas e, consequentemente, governos do mundo todo passaram a adotar planos de austeridade fiscal e cortes de gastos sociais na tentativa de equilibrar as finanças públicas.

Porém, todas as medidas para estabilizar os orçamen-

tos provocaram ainda mais instabilidade social, pois os trabalhadores e a juventude foram chamados a pagar a conta dos prejuízos. Governos e patrões, ao tentarem rebaixar salários, retirar direitos e impor cortes na previdência, educação e saúde tiveram que enfrentar protestos, greves e manifestações de massa.

Em maio de 2011, milhares de manifestantes, a maioria jovens, saem às ruas da Espanha, ultrapassando espontaneamente os objetivos iniciais dos que convocaram os protestos e decidem ocupar praças, como a Puerta Del Sol em Madrid. Esse ato de repúdio à ordem estabelecida ficou conhecido como “Movimento dos Indignados” e estava cheio de confusões, mas despertou a força contida no seio da juventude e do povo.

Na Grécia, imensos protestos e greves gerais massivas tornaram-se comuns contra os brutais planos de austeridade e um movimento espelhado no espanhol também tomou lugar na Praça Syntagma em 2011. Já nos EUA, emerge o Occupy Wall Street: uma onda de protestos contra a desigualdade social, que se expressava na palavra de ordem “nós somos

99%”, ou seja, denunciando a concentração da riqueza mundial nas mãos de 1% da população. O movimento que começou em Nova Iorque também se espalhou para outras cidades.

Mas, ainda mais profunda foi a onda de revoluções que inundou os países árabes, a partir de dezembro de 2010 na Tunísia e que se espalhou para o Egito e outros países. Combinava a luta contra a situação econômica com a luta pelo fim das ditaduras que governavam a região. As batalhas campais, na Praça Tahrir no Cairo, entre os manifestantes e as forças de repressão, provocaram a queda de governos e impactaram o imaginário popular dos brasileiros.

Já no início de junho de 2013, protestos de massa foram brutalmente reprimidos na Turquia, em particular na Praça Taksim em Istambul, enquanto as jornadas de junho no Brasil começavam a se desenhar.

A crise econômica mundial está sob o pano de fundo do aprofundamento da luta de classes. As enormes revoltas que ocorreram em vários países se desenvolveram sob bases semelhantes às que levaram às Jornadas de Junho no Brasil.



Confronto no Egito em 2011, um dos países palcos das revoluções árabes

Anunciado como marolinha, um tsunami engoliu o Brasil

Antes de junho de 2013, os governos Lula e Dilma afirmavam que estava tudo bem no país. O tsunami da crise de 2008 nos EUA havia sido apenas uma marolinha e tudo seguiria bem. Nada mais falso.

Lula assumiu em 2002 dando continuidade aos ataques contra os trabalhadores, como a Reforma da Previdência de 2003. Porém, com a retomada da economia mundial, ele pôde desenvolver outro papel: o de mercador de ilusões. A política de colaboração de classes garantiria governabilidade e o capitalismo com rosto humano garantiria prosperidade para todos, trabalhadores e patrões.

Sob essa perspectiva, o volume de crédito disparou e o país foi inundado por Investimento Direto do Exterior (capital estrangeiro usado para fusão e aquisição de empresas). No segundo mandato, em 2007, Lula implementa o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que promoveu uma troca de pele da economia brasileira. O país que sempre foi exportador de produtos primários e semimanufaturados continuou assim após o PAC, só que modernizado.

Com o estouro da crise, em 2008, Lula ampliou ainda mais o crédito e as isenções fiscais, enquanto torcia para que a China continuasse a demandar nossas

commodities. No entanto, com a desaceleração chinesa, o Brasil, agora nas mãos da Dilma, estava completamente à mercê do mercado mundial, e as medidas que antes haviam estimulado o crescimento viraram entraves. O crédito afundou as famílias e as empresas em dívidas e as isenções fiscais diminuíram a arrecadação de impostos. As ilusões se dissipavam.

Enquanto isso, os grandes problemas sociais se agravaram. A reforma agrária regrediu, os aluguéis e o valor dos imóveis aumentaram e pioraram a questão habitacional. O transporte público ficava cada dia mais caótico. A saúde pública

respirava por aparelhos e a educação pública continuava precária.

Assim, na base do descontentamento popular de junho de 2013, encontra-se a situação lamentável do transporte, da saúde e da educação. Soma-se a isso o paradoxo em relação aos estádios de futebol, construídos no melhor “padrão FIFA”.

Mas, além disso, havia um mal estar generalizado com o regime político. As alianças espúrias do PT com os velhos políticos e a corrupção, que envolvia quase todos do Congresso, enojavam os trabalhadores e os jovens, que não se viam mais representados por ninguém!



Posse em 2003. Lula aplica colaboração de classes no Brasil

JORNADAS DE JUNHO

Jornadas de Junho, as massas entram em cena

MARIO CONTE

mariocontef@gmail.com

Em junho de 2013, governo do estado e prefeitura de São Paulo aumentam simultaneamente as tarifas de metrô e ônibus, de então R\$ 3,00, para R\$ 3,20. O Movimento Passe Livre (MPL), após anos encabeçando as lutas contra aumento de passagem, dirigiu os atos como nos anos anteriores: longos trajetos e nenhum carro de som; duas, mesmo três manifestações em uma mesma semana; e a pauta contra o aumento, sem questionar a concessão dos transportes públicos à exploração de empresas privadas.

O governo Alckmin reagiu, em acordo com o prefeito Haddad, como de costume. A PM de São Paulo reprimiu duramente os manifestantes, ferindo até jornalistas que cobriam os atos. A cobertura da imprensa saiu pela culatra: no esforço de mover a opinião pública contra os manifestantes, a cobertura da brutal repressão levou que os manifestantes obtivessem apoio da mesma. Em dois dias o editorial de O Estado de São Paulo mudou o tom, de pedir maior rigor contra os manifestantes, para exigir diálogo da parte do poder público. A solidariedade não foi apenas local; a cobertura nacional dos protestos fez com que surgissem manifestações em solidariedade em diversas cidades do país. A mudança de tom da imprensa visava pôr um fim às mesmas, antes que um rastilho de pólvora queimasse o barril das insatisfações populares.

A repressão com forte aparato militar atacando jovens desarmados desnudava a todos que a democracia burguesa é uma ditadura de classe, sempre disposta a usar da violência quando seus interesses econômicos são ameaçados.

Um grave mal estar social, acumulado durante a década anterior, explodiu nesse contexto. Como gatilhos, o aumento da tarifa do transporte em São Paulo, combinado com a brutal repressão aos manifestantes, agiram para trazer ao cenário político milhões de pessoas, por todo o país, que já não toleravam viver sob as condições dadas. O regime político expressou sua decomposição, assim como seus pre-



Manifestações de 2013 adquiriram caráter político para além dos R\$ 0,20

sonagens tradicionais, entre eles Lula, Dilma, a direção do PT e de seus aparatos.

As manifestações em solidariedade cresciam pelo país, tornando-se massivas e logo o próprio aumento da tarifa não era mais o centro da questão. Mas o MPL não soube canalizar os anseios populares, nem as organizações tradicionais dos trabalhadores quiseram assumir a frente, receosas de um inexorável transbordamento das bases, caso tentassem adequar a insatisfação das massas para pautas governistas.

Prefeitura e governo do estado foram obrigados a recuar, revogando o aumento. A tarifa ficaria congelada até 2015. Foi a primeira grande derrota do governo Alckmin, que sempre utilizou a Secretaria de Segurança Pública para mediar conflitos e divergências de setores populares com qualquer política sua.

Dilma lançou uma proposta composta de cinco eixos: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte, e educação. Tudo abstrato e sem detalhamento. Sua proposta inicial de consultar a população em plebiscito naufraga, bombardeada pelo seu próprio vice, Michel Temer, sinalizando que os representantes autênticos da burguesia no governo de conciliação não estavam dispostos a ceder ou abrir precedentes às massas populares.

O contragolpe da burguesia se fez disputando a voz das ruas: a multiplicidade de pautas e a falta de direção do movimento permitiu que infiltrados canalizassem a insatisfação popular contra partidos políticos e organizações em geral. Militantes organizados,

com bandeiras e panfletos, passaram a ser sistematicamente hostilizados. O próprio MPL seria expulso de ato que ele mesmo convocou para celebrar o recuo dos governos.

As massas que despertavam encontravam-se enojadas com o papel dos partidos tradicionais e da política institucional. Propagar que qualquer organização política era tão oportunista quanto qualquer partido da política institucional era a forma de impedir que as massas se conectassem a uma vanguarda dirigente que pudesse apontar saídas.

Para dividir ainda mais o movimento, Haddad decretou gratuidade para uma parcela de estudantes em São Paulo, em 2014.

Os limites dos métodos espontaneístas dos anarquistas do MPL e sua recusa em discutir pautas mais largas que transporte e mobilidade permitiriam o contragolpe da burguesia, mas nenhuma das contradições que despertaram o movimento estavam resolvidas.

As Jornadas de Junho foram o início de um novo momento político no Brasil, cujo desfecho ainda não se apresentou.



Repressão marcou as jornadas, levando a 11 vítimas fatais no Brasil, prisões e criminalização de movimentos

Acaba o combustível da conciliação de classes

A inflação oficial do Brasil em 2013 era de 5,91%, em 2014, 6,42%. Economistas liberais propagavam que o país tinha o terceiro maior crescimento econômico de 2013, o que não significa desenvolvimento. O crescimento permanecia baseado no consumo e muitas empresas recebiam empréstimos subsidiados ou isenção fiscal como estímulo, sem qualquer contrapartida.

Após a revogação do aumento da tarifa após as jornadas de junho de 2013, o ano seguinte teve diversas greves massivas nos setores público e privado. Na maioria dos casos as bases impunham reajustes salariais acima da inflação, contrariando acordos firmados pelas suas próprias direções.

Acende o farol amarelo para a burguesia, sinalizando o fim de uma era: a conciliação de classes formada entre o PT e a burguesia não mais interessava à esta última. Ficava claro para ela que o PT perdia sua influência de massas, principalmente sobre a juventude, mas também sobre a própria classe trabalhadora. Mas esse projeto ainda apontava para as eleições de 2018, buscando desgastar o PT e seu governo, propagando os efeitos da crise econômica mundial no país como problemas estritamente nacionais.

Em 2013 a taxa de desemprego era de 5,4%, demonstrando que mesmo em crescimento a economia capitalista necessita de desemprego crô-



Greve na Mercedes, em 2015

nico. Essa taxa subiria para 8,5% em 2015. Já este ano a fração subiu para 11,2% no primeiro trimestre.

A disposição de luta da classe trabalhadora ficou evidenciada pela duração de greves nas universidades federais em 2015: cinco meses.

Sem apoio de sua sócia majoritária, a burguesia imperialista, a burguesia nacional vai se coesionando e seus representantes políticos adiantam o descarte do PT e de Dilma. Essa, mesmo aplicando o programa dos derrotados nas urnas, não inspirava confiança de que poderia fazê-lo tão rápida e intensamente que não permitisse reação organizada da classe trabalhadora.

Em uma aposta alta, Temer destituiu Dilma e assumiu a presidência.

Mais um ato se fechou, ainda sem que a classe trabalhadora entre em cena com toda sua capacidade.

Ao invés de greve geral “Volta Dilma”, paralisar por bandeiras que animem a classe

RIOBALDO TARTARANA
jornal@marxismo.org.br

A Executiva Nacional da CUT tomou uma decisão de “construir a greve geral para barrar o golpe”, em 24 de maio e a tornou pública sete dias depois. Uma greve geral não é uma decisão qualquer. Significa a mobilização de toda a classe trabalhadora para defender seus interesses enquanto classe, contraposta diretamente aos da burguesia e de seu estado.

A situação dos trabalhadores vem piorando. Os últimos acordos fechados e noticiados na imprensa no máximo conseguem repor a inflação. Muitas negociações salariais são feitas com rebaixamento de direitos e com valores de reposição abaixo dos índices inflacionários. No ano passado e começo deste ano, todas as categorias de servidores fecharam acordos com acumulação de perdas.

O outro lado desta moeda é o desemprego. A solução mágica que a CUT vinha defendendo e aplicando, o PPE (Plano de Proteção ao Emprego), com redução de salários e jornada de trabalho, começa a chegar a um beco sem saída. As montadoras de automóvel retomam a política de licenças e preparam novas demissões. O desemprego chega a 11%, com mais de 10 milhões de desempregados.

A farra com o dinheiro público, a partir de o Congresso aprovar um cheque em branco de R\$ 170 bilhões para Temer, de começar a discutir a chamada DRU (Desvinculação dos Recursos Orçamentá-

rios) encaminhada por Dilma com a redução automática de 30% dos valores para a Seguridade Social (que engloba a Previdência Social), saúde, educação e outros, só aumentará o sucateamento das escolas, hospitais, universidades e demais serviços públicos que vem se deteriorando Brasil afora.

A CUT poderia muito bem empolgar a classe trabalhadora e propor um plano de lutas bem claro que abrisse, inclusive, a perspectiva de greve geral:

- Estabilidade no Emprego; Estatização de toda empresa que demitir em massa;
- Reajuste automático dos salários de acordo com a inflação;

- Fim do PPE, redução da jornada sem redução dos salários;

- Não pagamento da dívida externa e interna;

- Estatização sob controle dos trabalhadores de todas as empresas envolvidas com a corrupção;

- Reversão de todas as privatizações feitas;

- Em defesa da Previdência Pública; revogação de todas as reformas da Previdência;

- Dinheiro para saúde e educação, públicas e gratuitas; estatização sobre controle dos trabalhadores dos planos de saúde, laboratórios e hospitais privados;

- Fora Temer e o Congresso Nacional; por uma Assembleia Popular Nacional Constituinte; por um Governo dos Trabalhadores;

Um plano destes, que fosse discutido com os trabalhadores em assembleias e



Organizado pela CUT, ato do 1º de maio promoveu defesa do governo Dilma no Anhangabaú desanimado

reuniões, teria um boa chance de ser ouvido, debatido e inclusive modificado pelos mesmos, que poderiam se empolgar com a chance de ter mudanças reais neste país. Mas é isto que a CUT propõe?

A decisão da CUT explica: “É um governo que usurpou o poder através do golpe e que se curva à pressão do poder econômico e aos interesses das potências imperialistas. É um governo que não reconhecemos e contra o qual lutaremos com todas nossas forças, junto com os setores democrático populares representados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo para derrotar o golpe e restabelecer o mandato popular e a democracia.”

Ou seja, a greve pretende tem por objetivo “restabelecer o mandato popular e a democracia”. O combate pelo socialismo, que está nos estatutos da CUT até hoje, nem para as calendas gregas está relegado. E a CUT chama o mandato de Dilma, que incluía a maioria dos que hoje estão no atual governo, de “popular”! Um verdadeiro mandato popular exige que o povo se organize em assembleias desde a base, eleja os seus delegados, com mandato revogável, que se organizam em assembleias populares municipais, estaduais e nacional, que estabeleçam uma verdadeira assembleia popular constituinte e um governo

dos trabalhadores. O mandato de Dilma e deste Congresso Nacional, e o papel desta Justiça que ai está, nada representa de uma verdadeira democracia.

Entretanto, a CUT propõe um calendário e discussões para preparar a greve geral. Este calendário e estas discussões são aqui explicitadas:

“A ação fundamental da CUT neste momento histórico excepcional é fortalecer a sua organização e mobilizar suas bases para o enfrentamento com governo golpista. As ameaças de retrocesso e o ataque às conquistas e direitos da classe trabalhadora e do povo brasileiro já estão mais que anunciados. Neste sentido, a Direção Executiva da CUT deliberou por abrir imediatamente o debate com suas bases sobre a construção da greve geral. Esta discussão deve seguir o seguinte calendário:

- assembleias sindicais;
- plenárias de ramos e estaduais até final de junho;
- reunião ampliada da direção nacional na primeira quinzena de julho para avaliar processo e deliberar sobre a greve;

Nesses espaços e momentos de construção da greve geral, as entidades devem discutir com suas bases as medidas do governo golpista contra os direitos dos trabalhadores (...).

Devem igualmente discu-

tir nestes espaços os retrocessos que estão anunciados em relação às políticas públicas voltadas para o conjunto da população e que afetam diretamente a classe trabalhadora (...).”

A direção da CUT provavelmente tenta seguir o caminho que diferentes centrais sindicais mundo afora fazem em relação à revolta dos trabalhadores. Levantam bandeiras rebaixadas e não colocam de forma alguma em questão o capitalismo. Isto leva a enfrentamentos às vezes quase que diários, a embates sem fim que esgotam as forças da classe trabalhadora e impedem que esta se unifique para acabar com os governos que fazem estes ataques. Mas a direção da CUT abriu uma pequena fresta quando brada “Fora Temer”. E nós devemos seguir por esta fresta para ajudar os trabalhadores a conquistar sua unidade e varrer a burguesia do poder. As massas olham com desconfiança a direção da CUT e a nossa tarefa é explicar os motivos desta desconfiança, ajudando a organização de classe frente ao capital.

Desde já, a Esquerda Marxista participará de todos estes debates e assembleias propostas pela CUT (inclusive da plenária sindical com outras centrais) e levantará as bandeiras, explicitadas acima, com o potencial de unificar a classe trabalhadora.



Para empolgar a classe, greve geral deve mostrar chance real de mudança

INTERNACIONAL



Pablo Iglesias e Alberto Garzón. Figuras públicas da aliança entre Podemos e Esquerda Unida para as eleições

Novas eleições e união da esquerda na Espanha

FRANCINE HELLMANN
hellmann.francine@gmail.com

Novas eleições estão chamadas para 26 de junho na Espanha e um recente acordo entre Podemos e Esquerda Unida (IU na sigla original) – Unidos Podemos – promete amplificar as forças de esquerda no país. De acordo com pesquisa encomendada pelo Jornal El País ao Instituto Metroscopia, divulgada em 22 de maio, a nova aliança sai na frente do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), que ficou em segundo lugar nas eleições de 20 de dezembro. Além disso, permite condições reais de disputa do primeiro lugar com o Partido Popular (PP). Esta foi uma decisão acertada, que dá vazão a um grande entusiasmo de trabalhadores, jovens, idosos e militantes sociais.

A direita ganhou, mas não levou

No fim de 2015, o PP conquistou o maior número de votos, com 28,72%. No regime político da Espanha – uma monarquia parlamentarista –, um presidente só consegue “formar governo” se puder costurar acordos suficientes para ter o apoio da maior parte do parlamento, coisa que Mariano Rajoy (PP) não chegou nem perto de obter.

A segunda força do país, o PSOE, por sua vez, demonstrou o verdadeiro caráter de sua política degenerada ao rejeitar sucessivas vezes um acordo com o Podemos para, juntos, formarem governo.

O PSOE escondia-se atrás da exigência de que o pequeno e liberal Ciudadanos fizesse parte do bloco, proposta considerada inadmissível para o Podemos. A verdade, no entanto, é que, ao lado de toda a direita do país, o PSOE treme diante da possibilidade da ascensão de um programa de esquerda, que dê vazão ao desejo reprimido de mudanças entre as massas.

O Podemos, por sua vez, não se absteve da votação e, assim, após cinco meses de discussões, nenhum acordo pôde ser “comunicado ao rei”. O PP segue sem condições de governar e novas eleições foram convocadas.

O desespero da classe dominante

A grande mídia está decidida a favorecer a campanha dos partidos que melhor podem seguir beneficiando a classe dominante: PP, Ciudadanos e PSOE. A Espanha vive o período de mobilizações mais importante desde a transição do fascismo para a democracia parlamentarista – mesmo que

em convívio com a retrógrada monarquia.

A burguesia tem motivo para se preocupar. Nos últimos anos a crise do capitalismo levou milhões a se mobilizarem contra cortes, pobreza e injustiças sociais. Essas pessoas aprenderam a protestar organizadamente. Elas têm reivindicações modestas e concretas: trabalho, salário decente, aposentadoria digna, moradia, educação, saúde, que os ricos paguem impostos, liberdade de expressão e manifestação, soberania nacional, entre outras.

Além disso, a direita espanhola não tem mais a influência do PSOE para frear movimentos de massas e a radicalização política. A velha guarda conservadora do Partido Comunista Espanhol (PCE) perdeu o controle da organização. O mesmo aconteceu com as antigas figuras grotescas da IU – que também desempenhou um lamentável papel no passado. Alberto Garzón, que agora pactua com o Podemos, representa uma nova direção, mais à esquerda e combativa.

A necessidade de um programa socialista

Tudo indica que as massas já começam a entender o amadurecimento político do Podemos e da IU, expressado desde as bases, com a aprovação de 84,3% dos filiados à IU e de 98% dos filiados ao Podemos em referendos internos. Eles conseguiram deixar de lado interesses partidários mesquinhos em consideração aos objetivos da classe. As multidões que os dois partidos já costumavam arrastar tendem agora a aumentar, num caso claro da lei dialética em que a quantidade se transforma em qualidade e em que nem sempre

Paraguaios inspiram-se em ocupações do Brasil

EVANDRO COLZANI
evandrocolzani@gmail.com

Um movimento de ocupações em Assunção, no Paraguai, iniciado no dia 3 de maio, culminou com a queda da ministra de educação e com o atendimento de uma série de reivindicações dos estudantes. Entre elas, o fornecimento de merenda e material escolar. Em pouco mais de uma semana de ocupações, o movimento conhecido pela hashtag #TomadeColegios saiu vitorioso e ensinou uma importante lição aos estudantes do mundo: que sua luta é internacional.

Inspirados pelas ocupações brasileiras ocorridas no final de 2015, os jovens paraguaios mostraram que as

semelhanças entre as lutas dos dois países vão além dos métodos ou das pautas dos movimentos. Em uma entrevista publicada na Carta Capital, uma estudante de 15 anos falou que “as ocupações eram a (...) única carta na manga, a melhor forma de exercer pressão (...)”. A fala dela é praticamente a mesma resposta de um estudante de Diadema que relatou a experiência da luta contra a reorganização de Alckmin.

A juventude está aprendendo a desenvolver seus métodos aos poucos e embates surgirão no futuro. Não seria uma má ideia se os estudantes brasileiros se inspirassem nos nossos vizinhos e derrubassem os atuais governantes. Porque não?



Agência Efe

Estudantes derrubaram ministra da Educação do Paraguai

um mais um resulta apenas em dois.

Aguarda-se ainda o programa do Unidos Podemos. Eleger um presidente deve tratar-se não apenas de tirar o PP do Palácio Moncloa, mas de revogar as reformas trabalhistas, a Lei da Mordaza (que está impondo uma média de 30 multas diárias a militantes por exercerem a liberdade de expressão e de manifestação), a lei de ensino LOMCE, proibir os despejos, reduzir as taxas universitárias, aumentar os gastos sociais, reconhecer os direitos democrático-nacionais dos povos catalão, basco e galego, entre várias outras questões.

A eleição de um eventual governo, contudo, enfrentará desde o primeiro dia a irreconciliável oposição da oligarquia espanhola. A chanceler alemã, Angela Merkel, já exige um

ajuste de 10 bilhões de euros nos gastos públicos deste ano. É preciso, sim, taxar grandes fortunas, conter a fraude fiscal e revisar a dívida, mas nada disso será suficiente para sobreviver em tempos de crise, atender às exigências da União Europeia e às demandas sociais.

A experiência do governo de Tsípras, na Grécia, mostrou ao mundo as limitações do reformismo. Apenas um governo verdadeiramente dos trabalhadores, que exproprie bancos, grandes empresas e latifúndios, que tome o comando da economia, será páreo para a pressão implacável do capital. É por isso que os marxistas insistem na necessidade de vincular a luta pelas reformas mais imediatas com a explicação paciente da necessidade de uma revolução socialista da sociedade.



Eleições do final de 2015 levaram ao impasse político atual

JUVENTUDE

Greve na USP: estudantes e trabalhadores em luta pela educação superior pública

STEPHANIE D'AGNES
dagnestephanie@gmail.com

Resultado da crise do capitalismo, as universidades públicas têm sofrido cortes de investimento que precarizam as condições de estudo e de trabalho. Na Universidade de São Paulo, sob justificativa de “crise orçamentária”, uma série de medidas foram adotadas para cortar gastos. Os planos de demissão “voluntária” aplicados provocaram a dispensa de mais de 1.300 funcionários, o que significou fechamento de vagas nas creches e aumento da exploração do trabalho nos restaurantes e hospitais universitários. Não bastassem as demissões, as contratações foram congeladas até 2018 e as bolsas de auxílio para a permanência estudantil foram reduzidas.

Frente ao sucateamento da universidade, estudantes e funcionários deflagraram greve no dia 12 de maio. Até o momento em que este artigo é escrito, doze faculda-



DCE Livre da USP

Assembleia geral de estudantes deflagrou greve no dia 12 de maio

des estão com os serviços interrompidos, outras tantas paralisadas ou com indicativo de greve e prédios estão ocupados. Os funcionários de outras unidades se integraram dia 23.

Esse conjunto de ataques

aos estudantes e trabalhadores, em geral, serve para abrir caminhos para a privatização. Os governos aliados aos capitalistas, encorajados pelo governo Temer, não pouparão esforços para realizá-la. Expressão disso é que

o novo Ministro da Educação já se posicionou favorável à cobrança de mensalidades na pós-graduação em universidades públicas.

Mas existe uma conjuntura extremamente favorável para a mobilização contra os cortes na educação. A adesão dos cursos à greve na USP está progredindo, assim como na UNICAMP e UNESP. A unidade dos funcionários, universitários e secundaristas é essencial e pode se desenvolver nas próximas semanas com um comando estadual, que é um passo importante na luta e organização dos estudantes e trabalhadores. O não pagamento da dívida pública (motivo do Ajuste Fiscal) pode sanar os problemas referentes à permanência estudantil e ao acesso. É preciso que o movimento estudantil transforme a bandeira do fim do vestibular em reivindicação. Com isso, estaria coroada uma luta em defesa da educação pública, gratuita e para todos.

Do Nordeste ao Sul, os estudantes secundaristas resistem aos ataques dos governos à educação

MAYARA COLZANI
may.colzani32@gmail.com

O descaso com a educação no Brasil não é nenhuma novidade. O sucateamento do ensino tem sido a ordem do dia de todos os governos. O corte de mais de 4 bilhões na educação no início de 2016 e o roubo da merenda das escolas em São Paulo evidenciam como a educação é tratada. Os professores, por sua vez, têm seus salários atrasados, parcelados ou nem os recebem. Contudo, secundaristas estão se mobilizando e reagindo a esses ataques.

Em 2015, os estudantes ocuparam mais de 200 escolas no Estado de São Paulo contra a reorganização escolar de Alckmin. Esse ano, no-



Eduardo Anizelli/Folhapress

Protestos e ocupações pelo Brasil

vamente há luta. Os secundaristas saem às ruas contra o desvio da verba da merenda. Não bastasse isso, houve um grande corte de verbas para as ETEC's, além da troca de merenda fresca por enlatada. Em resposta, os estudantes ocuparam por duas semanas

no mês de maio mais de 10 unidades, sendo fortemente reprimidos pela Secretaria de Segurança Pública de SP.

No Rio de Janeiro, o ano iniciou com a greve dos professores estaduais. Somando-se a isso, começaram as ocupações de escolas em apoio aos servidores, reivindicando melhorias na educação e contra os cortes do governo. Os estudantes ocuparam mais de 70 escolas. A situação no Ceará não é diferente, onde os estudantes reivindicam o mesmo que os secundaristas cariocas, e as ocupações já atingiram mais de 40 escolas.

No Rio Grande do Sul, o governador José Ivo Sartori (PMDB) segue a mesma lógica de seus colegas e vem aplicando cortes na educação.

Os estudantes gaúchos, cansados de tanto descaso, estão respondendo com ocupações. Em uma semana, alcançaram 150 unidades. O movimento, que já se espalhou por todo o estado, demonstra que os estudantes e os professores estão cientes de seu papel diante dos ataques do governo e da burguesia.

É fundamental que os estudantes secundaristas unifiquem a luta e a resistência em escala nacional contra os cortes, o sucateamento e contra a repressão. Seguimos na luta por uma educação pública, gratuita e para todos em todos os níveis e só alcançaremos a verdadeira vitória com a derrubada destes governos e do sistema que eles representam.



Lei da Mordança avança em cidades e estados do país

O Instituto Conservador de Campo Grande (MS) promoveu em abril um evento com Miguel Nagib, coordenador da famigerada ONG Escola Sem Partido. O evento foi esvaziado e teve que ser interrompido após os movimentos sociais contra a Lei da Mordança ocuparem o local da palestra. Os apoiadores da ESP têm feito campanha nas portas das igrejas locais. Mas isso não reflete os ânimos dos trabalhadores da educação e nem dos estudantes que continuam luta contra o Projeto de Lei.

Porém, o avanço da Lei da Mordança em diferentes estados mostra a ousadia da burguesia, desesperada para criminalizar movimentos de juventude e da classe trabalhadora. Os projetos de lei baseados em documentos formulados pela Escola Sem Partido já foram apresentados em pelo menos 17 Câmaras municipais e nove Assembleias Legislativas, além da Câmara Federal. Em Alagoas, o PL foi aprovado no dia 27 de Abril e entrará em vigor em breve. No mesmo dia 27, a prefeitura de Campo Grande vetou o projeto, e o prazo final de apreciação na Câmara dos Vereadores é dia 2 de Junho.

Nosso combate segue firme e ao lado da classe trabalhadora e da juventude contra esse ataque! Nossos direitos à livre manifestação e liberdade de expressão estão sob ameaça mais uma vez. Chamamos todos os professores e estudantes e todos aqueles que se opõem a essa ofensiva a se juntarem a nós nessa luta contra a ESP e sua corja.

MELL PECÓIS
mellcristinep@gmail.com